

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Adobe Stock

FGC paga garantias do Banco Master, liquidado pelo BC

BC libera compensação entre compulsório e FGC

O Banco Central aprovou uma medida que permite aos bancos descontar do compulsório os valores que precisam antecipar ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O compulsório é a parte do dinheiro dos clientes que os bancos são obrigados a manter parada no BC para ajudar a controlar a quantidade de dinheiro em circulação. Na prática, essa decisão pode liberar cerca de R\$ 30 bilhões em 2026. Segundo o BC, o impacto na economia será neutro, já que o dinheiro apenas compensa os recursos que os bancos terão de adiantar ao FGC. O fundo é responsável por proteger os clientes em caso de quebra de instituições financeiras, garantindo até R\$ 250 mil por aplicação em cada banco liquidado.

Reforço no caixa do fundo

A antecipação de contribuições foi determinada para reforçar o caixa do FGC após problemas enfrentados pelo Banco Master e instituições ligadas a ele. Com a nova regra, os bancos podem usar o valor antecipado ao fundo para abater do compulsório, evitando que a economia fique com menos dinheiro disponível. Isso ajuda a manter a estabilidade do crédito e dá mais flexibilidade às instituições financeiras.

Divulgação/Banco Master



Banco Master, de Daniel Vorcaro, abriu crise no mercado

Crise no Master motivou as medidas

O Banco Central estima que até R\$ 30 bilhões possam ser liberados do fundo garantidor neste ano, valor que os bancos poderão usar em operações de crédito. O compulsório será recomposto gradualmente, segundo informações divulgadas pelo Banco Central, conforme as parcelas antecipadas ao FGC forem vencendo. De acordo com especialistas do mercado, a medida do BC busca equilibrar dois objetivos: reforçar o fundo que protege os clientes e evitar falta de liquidez no sistema financeiro.

R\$ 37,2 bilhões para pagar credores

O FGC já liberou cerca de R\$ 37,2 bilhões para credores do conglomerado Banco Master, aproximadamente 92% do total previsto de ressarcimentos. De acordo com o fundo, mais de 650 mil credores já receberam os pagamentos, que incluem investimentos aplicados em CDBs e outros produtos cobertos. No total, o FGC estima desembolsar cerca de R\$ 51,8 bilhões.

Observadores

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu as delegações de sete países que acompanham os debates da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), que acaba amanhã (5), em São Paulo. São observadores internacionais de Angola, Alemanha, Cabo Verde, Espanha, Paraguai, Peru e Uruguai.

Multilateralismo

“Vivemos um tempo em que o multilateralismo precisa ser renovado e fortalecido, porque há valores universais que nos unem: a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, o direito à proteção social, a liberdade sindical, a negociação coletiva e a busca por trabalho decente para todos e todas”, afirmou o ministro.

Espaço democrático

O espaço reúne representantes do governo, trabalhadores e empregadores. “O diálogo tripartite que estrutura a conferência está alinhado com a tradição das instituições trabalhistas e com a convicção de que desenvolvimento econômico e justiça social não são agendas concorrentes; são complementares”.

Trabalho infantil

A iniciativa visa fortalecer a cooperação entre Brasil e Peru para promover o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, com foco na erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado. A ação será realizada por meio do intercâmbio de experiências, assistência técnica e estreita colaboração internacional.

Cooperação

A diretora regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Ana Virgínia Moreira, afirmou que a assinatura do projeto demonstra a importância da cooperação internacional no enfrentamento aos desafios comuns da região, especificamente no campo da erradicação do trabalho infantil.

Exemplo mundial

“A nossa região é um exemplo para o mundo. Os números mostram a redução efetiva, e é possível alcançar esse objetivo de uma região livre do trabalho infantil”, afirmou. Para ela, o Brasil dá exemplo no campo do diálogo social, ressaltando que a cooperação internacional permite a aprendizagem institucional.



Pessoas físicas voltam a ter acesso ao crédito para esses imóveis

Caixa volta a financiar imóveis de alto padrão

Valor das residências pode ultrapassar R\$ 2,25 milhões

Redação

A Caixa Econômica Federal anunciou a retomada do financiamento para imóveis residenciais acima de R\$ 2,25 milhões. A linha de crédito, que utiliza recursos da poupança, estava suspensa desde outubro de 2024, quando o banco decidiu priorizar unidades de menor valor.

Com a decisão, pessoas físicas voltam a ter acesso ao crédito para imóveis de alto padrão dentro do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Segundo a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães, a medida fortalece o relacionamento com clientes de alta renda e contribui para o aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil.

O banco também exige que os projetos financiados tenham o Selo Casa Azul Uni, certificação de sustentabilidade que avalia critérios ambientais e de eficiência das obras. A iniciativa está alinhada às metas de responsabilidade socioambiental da instituição.

Nos últimos anos, a Caixa vinha destinando os recursos da poupança principalmente para imóveis enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), voltado a unidades de menor valor. Agora, com maior disponibilidade de recursos, o banco amplia novamente sua atuação em todas as faixas de crédito imobiliário.

Dicas

- Avalie se o imóvel está dentro das regras do financiamento, seja pelo SFH (imóveis de menor valor) ou pelo SFI (alto padrão).
- Compare taxas de juros e prazos de pagamento, já que eles variam conforme a modalidade escolhida.
- Verifique se o empreendimento possui o Selo Casa Azul Uni, que pode agregar valor e garantir padrões de sustentabilidade.
- Faça simulações no site ou aplicativo da Caixa para entender o impacto das parcelas no orçamento.
- Considere os custos adicionais, como escritura, registro e impostos, que não estão incluídos no financiamento.
- Mantenha atenção ao histórico do construtor e à documentação do imóvel para evitar problemas futuros.

Documentos

- Documento de identidade (RG ou CNH) e CPF.
- Comprovante de estado civil (certidão de nascimento, casamento ou divórcio).
- Comprovante de residência atualizado.
- Comprovação de renda.
- Contracheques (para assalariados)
- Declaração de Imposto de Renda completa com recibo de entrega.
- Extratos bancários recentes.